



IDeIAS

Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social

Cheias em Chókwè: um exemplo de vulnerabilidade¹

Crescêncio Pereira, Michael Sambo e Egidio Chaimite²

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), entre Outubro e Dezembro de 2013, há grande probabilidade de ocorrência de chuvas normais, com tendência para acima do normal, para as regiões centro e sul do país e para os países a montante, particularmente Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul. As mesmas previsões apontam para um risco elevado de cheias na região centro e sul do país, situação que preocupa, sobretudo, as populações de cidades vulneráveis, tal como é o caso de Chókwè, que ainda se recupera dos estragos causados pelas recentes cheias de Janeiro de 2013. Parte dos camponeses, que perderam gado, reservas alimentares e culturas, que ainda estavam nos campos de cultivo, receiam aventurar-se no lançamento de novas sementes. Os receios prendem-se com as incertezas que pairam sobre a possibilidade de efectuarem as colheitas, uma vez feito o investimento na compra de sementes, adubos, fertilizantes e pulverizadores, bem como no aluguer de tractores, na contratação de trabalhadores, etc. – por vezes com recurso a créditos. A cultura do Arroz, por exemplo, típica da presente campanha, é das que pode ser mais afectada, pois, para além das inundações estarem previstas para o período em que se efectua a colheita, ela perdeu um dos seus principais fomentadores, a Moçfer Indústrias Alimentares (MIA). O encerramento da MIA, causada, sobretudo, pelo impacto das últimas cheias, também revela o quão a vulnerabilidade de Chókwè pode retrair investimento e, por consequência, limitar os esforços tendentes a combater o já elevado desemprego e pobreza nesta parcela do país.

Nas notas que se seguem, procuramos demonstrar que (1) os receios dos camponeses não são infundados; (2) se Chókwè é actualmente muito mais vulnerável à ocorrência de inundações, (3) a redução dessa vulnerabilidade passa pela reabilitação e

manutenção das infra-estruturas de protecção da cidade

Sobre as causas

As cheias são provocadas geralmente por chuvas intensas e contínuas. Porém, segundo os camponeses por nós abordados, em Chókwè, apesar de ter chovido durante dias consecutivos, as cheias só « chegaram » cinco dias depois de as chuvas pararem. « Parecia um comboio que vinha à alta velocidade », descreveu um ancião residente de Machua, uma localidade próxima da zona onde se localiza o rombo identificado como estando na origem das inundações. O local referido é Machiane. Porquê?

Por ser o ponto de confluência entre o rio dos Elefantes e o rio Limpopo, « [as autoridades locais] querem dar a imagem de que gerir essas águas é complicado », respondeu um dos camponeses que nos acompanhou durante a visita aos lombos. Entretanto, apesar de os camponeses identificarem e reclamarem sempre de Machiane nas diferentes reuniões e comícios organizados pelas autoridades de Chókwè, poucos são os que realmente conhecem ou visitaram o local. A grande maioria afirma ter ouvido falar de Machiane a partir das autoridades locais. « Dizem que o problema está lá em Machiane », é o que se ouve com frequência entre os camponeses.

De facto, há um rombo, não em Machiane, mas sim, a poucos quilómetros antes do ponto de confluência entre o rio dos Elefantes e o rio Chingwidse, local conhecido por Libalule. Chingwidse é um afluente periódico do rio dos Elefantes e, tal como este último, nasce na África do Sul, entrando em Moçambique a partir do norte da província de Gaza. Diferentemente do lado sul-africano, de onde vinham grandes quantidades de água libertadas pelas barragens de Kanniedood e Sirheni, em Moçambique, as águas do rio Chingwidse não têm nenhum controle, desaguando livremente no rio dos

Elefantes. Apesar das águas deste último rio poderem, em parte, ser reguladas pela Barragem de Massingir, a danificação desta infra-estrutura, ocorrida, sobretudo, depois das cheias de 2008, a impossibilitaram de exercer essa função de forma eficaz. Foi na tentativa de minimizar o impacto (sobre a infra-estrutura) do volume de água descarregado do lado sul-africano que a Barragem de Massingir se viu na contingência de abrir as suas comportas, aumentando a massa de água que fluía em direcção ao rio Limpopo. Ao encontrar um conjunto de diques danificados, as águas transbordaram, tomando um novo curso, até inundar a cidade de Chókwè e Xai-Xai. Esse é o famoso « rombo de Machiane », que, na verdade, se situa em Bobu, pouco depois de Libalule e antes de Machiane. À este rombo, acrescem-se outros que ocorreram ao longo do Rio Limpopo, igualmente com nascente na África do Sul e que não só transportava águas provenientes deste país, como também do Botswana e do Zimbabwe, que também registavam precipitações elevadas.

Denota-se, deste modo, que as cheias que se abateram sobre Chókwè em Janeiro de 2013, não só foram causadas pelas grandes descargas de água feitas a partir da Barragem de Massingir e dos países a montante, mas também, foram facilitadas pela danificação (sem reparação) dos diques de protecção de Chókwè. Porém, o seu impacto teria sido atenuado se tivesse havido: (1) uma maior articulação entre as entidades responsáveis pela gestão das águas das barragens sobre o rio dos Elefantes e Limpopo, em Moçambique e nos países vizinhos e, (2) do lado moçambicano, entre estas entidades, os responsáveis pela gestão das calamidades em Chókwè e a população.

Com efeito, só em princípios da tarde do dia 21 de Janeiro é que o alerta vermelho foi dado e, consequentemente, informado às populações de Chókwè. Já na madrugada do dia 22, a

cidade estava completamente inundada. Segundo os nossos interlocutores, a informação era passada por megafones e nem todos a tiveram. « As águas apanharam-me na Machamba », declarou uma camponesa que exerce as suas actividades junto ao regadio. Nem as autoridades locais foram poupadas : « Eu que sou chefe, fui encontrado pelas águas aqui mesmo no bairro », frisou um responsável municipal. Entre os que acederam à informação, houve os que não saíram porque não acreditaram na possibilidade de ocorrência de cheias, pois, segundo eles, não chovia há dias. Outros não saíram alegadamente porque temiam que seus bens fossem roubados caso se distanciassem das suas casas, machambas, barracas, etc. Outros ainda receavam pelas condições do local identificado para o seu reassentamento. Segundo eles, em Chiaquelane não há condições para a prática da agricultura, e o governo não providencia comida e água em quantidades suficientes, por isso « mesmo entre os que foram, muitos voltaram passados 2 ou 3 dias », declarou uma vendedora do Mercado Senta Baixo. Há também os que não foram porque não conseguiram pagar o custo de transporte que, em tempo de crise, chegava aos 150 meticais por pessoa, contra os cerca de 30 meticais dos períodos normais.

Que soluções?

Entre as propostas avançadas com vista a reduzir (ou mesmo eliminar) a vulnerabilidade de Chókwè, destacam-se : (1) construção de uma barragem sobre o rio Limpopo; (2) transferência da cidade para zonas mais altas; e (3) reabilitação e aumento da altura dos diques. Se a segunda alternativa é bastante ambiciosa, a primeira, ainda que das mais apoiadas pela população e por parte dos técnicos e da liderança local, é inviabilizada, sobretudo, por limitações financeiras. Estimados em cerca de 600 milhões de dólares norte-americanos, os custos estão, por exemplo, muito além dos novecentos mil meticais que a edilidade arrecada anualmente em receitas. A proposta, que já havia sido avançada nos anos 1960, era de rentabilização do empreendimento, construindo uma barragem com fins hidroeléctricos, porém, a sazonalidade do rio

Limpopo fez com que a mesma fosse abandonada.

Ora, se a reabilitação dos diques não resolve o problema de Chókwè, esta opção pode reduzir a sua vulnerabilidade, pelo menos a curto prazo. Esta questão consta do conjunto de recomendações feitas por um uma equipa de consultores contratados pela Direcção Nacional de Águas (DNA) em parceria com a Embaixada dos Países Baixos. Para a equipa, os referidos diques, que, depois da sua construção na década de 1950, beneficiavam de uma reparação regular (o que não mais aconteceu depois da independência), deviam ser reparados pelo menos até antes de Outubro de 2013, altura em que começa a estação chuvosa³. Associada a esta recomendação, há uma outra que sobressai no contacto com os camponeses : aumentar a altura dos diques. Segundo os camponeses, os oito metros da altura dos diques são frequentemente alcançados pelas águas dos rios. Dos inúmeros exemplos referidos, o destaque vai para as cheias de 1977, em que os caudais atingiram os 8,1 metros, e as de 2000 que, se para alguns as águas atingiram 10 metros, para outros atingiram os 13 metros. A discrepância na informação sobre o alcance das cheias de 2000 tem uma explicação relativamente simples: « A estação hidrométrica colocada no Açude de Macarretane mede até 10 metros e quando a cheia de 2000 passou, ninguém teve coragem de ficar para tirar medidas »⁴.

Entre as autoridades locais, há os que sabem da existência de uma equipa contratada para fazer o estudo acima referido, sem, contudo, saber se o mesmo foi ou não concluído e quais são as suas recomendações. Um membro da autoridade municipal, por exemplo, afirmou ter ouvido falar do estudo mas, segundo ele, aceder ao seu conteúdo não é da sua competência : « eu não posso questionar muito porque não é do meu nível. Eu só canalizo as preocupações mas, se chegam hoje ou amanhã, se nos respondem ou não, isso já não é connosco ». Outros afirmaram saber da existência de orçamento para a reabilitação dos diques e, segundo um dos vereadores « o Governo já alocou máquinas para fechar o buraco e já estão a operar ». A verdade é que, até 6 de Setembro, altura em que a nossa equipa saiu de

Chókwè, não havia qualquer sinal de reparação e muito menos de aumento da altura dos diques e os camponeses com quem comunicamos revelaram desconhecer tanto o teor do estudo quanto a existência de projectos que visam resolver o problema dos diques. A preocupação dos camponeses radica no facto da quantidade e dimensão dos rombos existentes serem superiores aos que existiam nas inundações precedentes, pois, para além dos rombos localizados na zona de Libalule e Bobu, relativamente distantes da cidade de Chókwè, as águas criaram novos rombos próximos à cidade. Esta situação aumenta a vulnerabilidade da cidade pois, basta que haja um pequeno aumento do caudal do rio Limpopo para que as águas possam entrar facilmente pelos (novos) rombos e inundar a cidade.

Um dos problemas que dificulta a reabilitação dos diques e, conseqüentemente, a redução da vulnerabilidade de Chókwè, está relacionado à atribuição de responsabilidades. Segundo o estudo que temos vindo a referenciar, apesar de grande parte das infra-estruturas da bacia do Limpopo ser « possuída » por um conjunto de instituições (ARA-Sul, FIPAG, ANE, DNA, etc.), nenhuma instituição « possui » os diques e, portanto, é responsável pela sua manutenção. A ARA-Sul, por exemplo, tem responsabilidade sobre a Barragem de Massingir e o Açude de Macarretane. O FIPAG e a DNA respondem pelo sistema de fornecimento de água. O Município de Chókwè responde pelo sistema urbano de drenagem e saneamento. A ANE lida com estradas e pontes. Nenhuma destas instituições responde pela manutenção dos diques, sendo esta feita de forma *ad-hoc*.

Portanto, se a reabilitação e o possível aumento da altura dos diques revelam-se fundamentais para se reduzir a vulnerabilidade de Chókwè às cheias, a definição de responsabilidades entre as diferentes instituições que lidam com a questão das águas e com a gestão de calamidades é central para se garantir a manutenção dos mesmos. Enquanto estas questões não são acauteladas, a população de Chókwè, de uma forma geral, e os camponeses, em particular, estão expostos a um risco muito maior de inundações, com todas implicações socioeconómicas, sobretudo quando se trata de um dos principais celeiros de Moçambique.

1. Estas são notas de um trabalho de campo realizado em Chókwè, entre 26 de Agosto e 06 de Setembro de 2013, no âmbito do projecto de pesquisa do IESE sobre *Direito à Alimentação e Movimentos Sociais*.

2. Investigadores do IESE.

3. Kuijpers, A. *et al.* (2013). « Scoping mission on technical assistance for flood recovery in Mozambique ». *Relatório preparado para o Ministério das Obras Públicas e Habitação (Direcção Nacional de Águas) e Embaixada do Reino dos Países Baixos*. Flood Recovery Mission Team: Maputo, p.74.

4. Jornal Domingo, 03.03.2013.